

Presentes:

Membros do Conselho:

David Pereira Brito – Coresan Apucarana; Janaiara Moreira Seold Berbel – Coresan Campo Mourão; Judite Bartzike – Coresan Cascavel; Selfa Barbosa Vilela – Coresan Cianorte; Célio da Silva Correia – Coresan Cornélio Procópio; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Dóris de Fátima Iastrenski – Coresan Guarapuava; Juliano Aparecido Fortunato – Coresan Jacarezinho; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Leandro Aparecido Espiniano – Coresan Paranavaí; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – Coresan Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Jaciara Reis Nogueira Garcia – Coresan Toledo; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Marcelo Stelmach – Coresan União da Vitória; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosângela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Daniele Martin Sandri – IDR-Emater; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar; Afonso Takao Murata - Universidade Federal do Paraná.

Outros Participantes:

Alana Flemming – SESA; Márcia Procopiuk – SESA; Vinícius Mattia – UNIOESTE; Bruno Karam – SEAB/UFPR.; Roselene Sonda – MP/PR.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura
2. Informes DESAN
3. Resíduos de agrotóxicos nas águas do Paraná – Alana Flemming/SESA
4. Análise da qualidade da água dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba – Daisy/SANEPAR
5. Cooperativismo, juventude e acesso ao crédito – Vinícius Mattia/UNIOESTE
6. Projeto de Pesquisa sobre alimentos regionais – Eder/Coresan Umuarama
7. Indicação de conselheiro para o CAE/Fundepar
8. Plenária final

Memória: Dando início à reunião, a presidente Roseli Pittner cumprimenta os presentes e encaminha a aprovação da pauta. Na sequência, Márcia Cristina, diretora do Departamento de Segurança Alimentar, dá início à pauta mencionando sua preocupação em relação à continuidade do Programa Leite das Crianças, pois o recurso para mantê-lo ativo perdurará apenas até o dia 20 de abril deste ano. Em decorrência disso, fizeram uma solicitação de suplementação à SEFA, mas a disponibilidade

orçamentária está complicada para esse ano. O segundo tópico discutido pela Conselheira é o Compra Direta. Ela informa que elaboraram uma minuta de decreto para tornar o programa contínuo e, agora, estão aguardando a sua publicação para fazer o lançamento do programa. Ela acrescenta que estão ajustando a formatação do edital conforme as necessidades previamente estabelecidas pelo jurídico, mencionadas na reunião anterior, uma vez que o programa fora emergencial no ano passado e não será neste ano. A Conselheira esclarece que ao terminarem a formatação, deixarão o edital no site para divulgá-lo e, após 2 dias, abrirão o sistema por um período a ser discutido com o Conselho. Abordando seu último tópico, Márcia relembra que houve dificuldade em estabelecer contato com as prefeituras dos 67 municípios indicados a participarem do PAA Federal. Agora, de acordo com ela, concluíram esse processo e estão no aguardo dos técnicos realizarem a compatibilização das entidades beneficiárias e dos itens a serem recebidos. Terminando sua fala, Márcia Cristina abre espaço para eventuais dúvidas e a Conselheira Marilze Brandão questiona o prazo para inserir entidades e pergunta se obtiveram sucesso com o contato de todos 67 municípios indicados. Em resposta, Márcia informa que o prazo é até dia 08 de abril e que todos os 67 municípios foram contatados e abrangidos pelo programa. Além disso, Márcia informa que a nova Portaria terá início ao liberarem os 67 municípios indicados na primeira Portaria. De acordo com a Conselheira, a nova Portaria será menor, portanto, o ideal é selecionar adequadamente os municípios com um nível de insegurança alimentar alto. A presidente Roseli expressa, em seguida, sua preocupação com o Programa Leite das Crianças e pede sugestões ao Conselho para lidar com a falta de recurso. A Conselheira Marilze Brandão questiona se parte do fundo é do Fundo Especial para a Infância e Adolescência - FIA. Em resposta, Márcia informa que é do FIA, e que esse fundo poderá ser utilizado, pois nele ainda há um valor restante. O Conselheiro Leandro Aparecido Espiniano relata que as documentações das cooperativas já estão regulares, principalmente no GMS, por conta do processo burocrático com o PNAE, e desta forma, um prazo de 10 dias será suficiente para deixar o sistema do Compra Direta ativo. Na sequência, a engenheira sanitária da Divisão de Vigilância sobre o Meio, Alana Flemming, coordenadora geral do Programa de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano - VIGIAGUA, da SESA, é apresentada e, juntamente com a Márcia Procopiuk, engenheira agrônoma que está coordenando o monitoramento de agrotóxicos na água, dão início à pauta Resíduos de agrotóxicos nas águas do Paraná. De antemão, a engenheira Alana Flemming esclarece que o foco do Programa é a água de consumo humano e que este programa é um programa nacional coordenado pelo Ministério da Saúde. Ela informa que para realizar a vigilância da água é necessário definir o que é potabilidade. O padrão de potabilidade brasileiro, segundo Alana, segue os parâmetros indicadores estabelecidos pela Portaria de Consolidação de número 5 do Ministério da Saúde de 2017. A partir disso, a engenheira passa a explicar como o Programa age na vigilância da água de consumo humano. A etapa inicial, de acordo com ela, é de identificar as formas de abastecimento do município, e em seguida são gerados 2 planos de amostragens: a amostragem de controle, que segue os parâmetros indicadores, e que gera um relatório para os municípios inserirem os dados no sistema Sisagua; e a amostragem de vigilância, que coleta o envio de amostras para a análise dos parâmetros básicos de vigilância e que posteriormente também são inseridos no sistema. O padrão de potabilidade no Brasil, de acordo com Alana, é dividido em 3 eixos: microbiológico, químico e organoléptico. No eixo microbiológico analisa-se a presença de bactérias, vírus, protozoários, cianobactérias, cianotoxinas e a turbidez; no eixo químico analisa-se a presença de agrotóxicos, substâncias orgânicas, inorgânicas e desinfetantes e produtos secundários de desinfecção; no eixo organoléptico analisa-se cor, gosto, odor, surfactantes e o nível de cloreto. As Análises de Vigilância são estabelecidas pela diretriz da SESA, explica a engenheira, e, de rotina, são feitas 4 análises na água no seu estado bruto, em caráter preventivo: de presença de cloro residual livre, análise da turbidez

para ver a integridade da rede de abastecimento, de coliformes totais, que são indicadores de qualidade microbiológicas, e análise do nível de fluoretos. Em seguida, Márcia, engenheira agrônoma coordenadora do monitoramento de agrotóxicos, informa que as análises de agrotóxicos estão no Plano de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos do Estado do Paraná – PEVASPEA 2017-2019. Ela relata que 357 amostras de água para consumo humano foram coletadas entre 2018 e 2019 em 57 municípios paranaenses. As amostragens foram feitas em mananciais superficiais e subterrâneos, e em sistemas de abastecimento de água e soluções alternativas coletivas. Das 357 amostras, sendo 252 amostras de água bruta e 105 amostras de água tratada, foram avaliados 226 ingredientes ativos, e em 176 amostras houve detecção de pelo menos um agrotóxico, enquanto em 67 amostras houve detecção de 2 ou mais agrotóxicos simultaneamente. Das amostras de água bruta houve 120 amostras com presença de pelo menos um agrotóxico e, das amostras de água tratada, houve 56 amostras com presença de agrotóxico. Esses resultados, de acordo com Márcia, atenderam aos padrões de potabilidade segundo o Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05 de 2017 do Ministério da Saúde, no entanto, ela informa, foram detectados 21 agrotóxicos que a Portaria não indica um valor máximo permitido. Em seguida, a Presidente Roseli Pittner abre espaço para dúvidas. O Secretário Executivo Valdenir Veloso questiona se a nova Portaria vai afrouxar mais ou restringir algum aspecto da vigilância, ele questiona também qual é o problema com Toledo, visto que no gráfico que fora apresentado, ele é o município com mais amostras analisadas contendo agrotóxicos, e, por fim, mencionando que muitos agroquímicos que ainda são proibidos no Brasil entram pela fronteira com o Paraguai e que para esses agroquímicos não há controle de qualidade, ele questiona se há um parecer em relação a esses casos. A Conselheira Maria Isabel pergunta se há um estudo que aponte e se aprofunde na contaminação pela pulverização aérea de agrotóxicos. Ela questiona também como a Sanepar lida com a questão da presença do agrotóxico na água e se existe a possibilidade de haver um tratamento da água contaminada. Em resposta, Alana Flemming informa que a nova Portaria começou seu processo de revisão em 2017 e essa revisão foi histórica, com uma boa representação do Estado e que a Portaria trará avanços, uma vez que houve inclusão de novos parâmetros indicadores. Quanto ao município de Toledo, Alana Flemming informa que esse caso foi um ponto fora da curva, pois a situação está sujeita à quantidade e à frequência das amostras recolhidas, e, a depender desses fatores, os resultados podem variar muito de município para município. Em resposta aos produtos contrabandeados, Márcia relata que é provável que as amostras com alta quantidade de detecção de agrotóxicos ocorram, na verdade, por conta dos produtos ilegais, uma vez que esses possuem essa característica. Em relação à pulverização aérea, Alana Flemming informa que é difícil levantar os dados necessários para realizar um estudo aprofundado, pois os dados são escassos. Ela informa que esse controle é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e essas informações não estão presentes em bancos de dados e que foram feitas de forma manual, o que dificulta a localização de informações específicas. Quanto ao assunto de tratamento de água contaminada com agrotóxico, Alana informa que é muito complicado de ser feito no volume de água necessário, e que é operacionalmente impossível para o tratamento de abastecimento público. A resposta para esse problema, acrescenta ela, é focar nas análises preventivas de intoxicação dos mananciais. A Conselheira Marilze Brandão questiona como está sendo feita a interlocução desses dados analisados para realizar o enfrentamento do uso de agrotóxicos. O Conselheiro Afonso Murata informa que participou da discussão da nova Portaria e relembra que houve uma questão em relação ao nível máximo de resíduo que pode ser encontrado na água, e, em resposta, ele informou que devem partir do resíduo zero, uma vez que não existe resíduo na água. Ele esclarece também que para chegarem numa resposta concreta e aprofundada dessas questões é necessário discutir de forma intersetorial, com a participação de outras autoridades como

o Secretário da Saúde e da Agricultura. Encerrando sua fala, o Conselheiro Afonso Murata expressa sua solidariedade para com a Professora Larissa Bombardi da USP que está sendo ameaçada por conta de sua luta contra agrotóxicos. Em resposta à questão das articulações, Alana Flemming informa que o plano em 2020 era realizar articulações em maior número no nível central das secretarias, já no âmbito das regionais de saúde, cada uma delas possui um grupo para realizar discussões coletivas com outros órgãos e organizações da sociedade civil sobre o uso de agrotóxico. Alana Flemming, sobre o comentário do Conselheiro Afonso Murata, expressa seu apoio em relação a participação intersetorial da comunidade, pois, de acordo com ela, se não agirem na causa do problema, não adianta levantar dados. Somado a isso, Alana ressalva que a Portaria traz o Plano de Segurança da Água, cujo objetivo é fazer justamente a proteção dos mananciais para que a água não chegue em péssima qualidade na etapa de tratamento. Além disso, a engenheira concorda com o padrão de zero resíduos na água, no entanto, ela ressalva que não adianta aderi-lo e sem focar na causa do problema, uma vez que a quantidade de agrotóxicos utilizada no Brasil é muito alta, tornando impossível estabelecer esse padrão no momento. Na sequência, a Presidente Roseli agradece a presença das engenheiras Alana e Márcia, e passa a palavra para a Conselheira Daisy da Sanepar com a pauta de análise da qualidade da água dos mananciais. Dando início à pauta, a Conselheira informa que a construção da nova barragem na bacia do Miringuava está sendo construída numa área totalmente agrícola, o que a possibilitou entender simultaneamente, pela primeira vez, o lado da Companhia e dos agricultores e agricultoras. Ela informa que no ano de 2020 foi aprovado o registro de 493 pesticidas e que estão formatando um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde e com a Tecpar, para saberem o grau do problema a ser encarado, mas sem o conhecimento e apoio da sociedade civil, ela acrescenta, nada irá para frente. Em seguida, Daisy relata que um dos grandes problemas enfrentados pela Sanepar em relação ao uso de agrotóxico ocorre na bacia do Miringuava, pois há diversas plantações de milho e soja muito próximas da região. Para tentar corrigir a situação, a Conselheira Daisy informa que estão implementando o Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais nos mananciais do Miringuava e Piraquara. Na bacia do Miringuava a Sanepar já está disponibilizando 1,5 milhão de reais para os agricultores e agricultoras que protegem suas nascentes e que são agroecológicos. Além disso, ela informa que foi realizado um Termo de Cooperação Técnica com o IDR para implementar na bacia do Miringuava o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças, sistema que dará início a transição para o plantio agroecológico. Daisy relata também sobre um terceiro Termo de Cooperação Técnica com a Investe Paraná, agência de fomento do Estado do Paraná, para ajudar a com a comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores e agricultoras da região, e a implementação do Programa de Apoio às Vocações Regionais Sustentáveis oferecido pela agência. Finalizando sua fala, Daisy informa que em março o Ministério Público lançou o Programa de Preservação de Nascentes do Projeto Água para o Futuro, e que será implementado para recuperar as nascentes do Estado. Na sequência, o engenheiro agrônomo Vinícius Mattia, mestre e doutorando em desenvolvimento rural sustentável, é apresentado e passa a fazer o uso da palavra. Ele relata a sua experiência no ramo de cooperativismo e informa que participa desde 2016 do Comitê Jovem Sicredi, formado por membros jovens associados ao Sicredi, e que, no Comitê, os membros desenvolvem ações e projetos voluntários e participam da gestão da Cooperativa. Em seguida, ele passa a fazer a apresentação sobre a pauta Cooperativismo, juventude e acesso ao crédito. De início, ele expõe os 3 temas norteadores de sua apresentação, assim como os recortes de cada tema que será aprofundado no decorrer de sua fala: Cooperativismo, focando no acesso ao crédito, industrialização e comercialização; Agricultura Familiar, focando no SAN e na representação social e Juventude, focando na inovação, sucessão e sustentabilidade. Sobre o cooperativismo, Vinícius informa que as Cooperativas de Créditos refletem os interesses de seus associados e buscam oferecer produtos e

serviços de acordo com suas reais necessidades. Em 2018, Vinícius relata, o Sicredi foi o agente financeiro que realizou o maior número de operações para o Pronaf, com isso, ele informa que as cooperativas de créditos estão muito mais preocupadas com os associados do que outras instituições financeiras tradicionais, como os bancos privados e públicos, com seus clientes. O motivo disso, de acordo com ele, é que para um banco tradicional é mais interessante liberar uma grande quantia de dinheiro para uma pessoa abastada e poderosa, do que fazer várias operações menores para um número alto de pessoas, pois dessa forma há mais serviço, maiores custos e maior chance maior de inadimplência. No entanto, as Cooperativas de Crédito possuem como função abranger um grande número de pessoas que até então seriam excluídas do sistema financeiro por não apresentar um alto potencial capital de renda. Além dessa inclusão, as Cooperativas de Crédito possuem um modelo de negócio chamado Círculo Virtuoso, esse modelo permite que o valor investido na Cooperativa retorne para o desenvolvimento da região, além de retornarem os lucros para os associados. No tema agricultura familiar, o engenheiro explica que são as áreas de agricultura familiar que mais se aproximam em atender as dimensões do desenvolvimento sustentável, visto que utilizam adequadamente os recursos naturais e preservam o ambiente por meio do qual produzem seus alimentos; possuem uma agricultura de base ecológica e em sistema sustentável; contribuem para a segurança e soberania alimentar e nutricional; possuem diversidade produtiva e inclusão social e tudo isso ocasionando uma fonte de renda e trabalho para a manutenção familiar, permitindo a subsistência, afeto identidade pessoal e cultural e liberdade daqueles que nela trabalham. No terceiro tema norteador, Vinícius foca sobre protagonismo e inovação da juventude. De acordo com ele, é necessário apoiar e incentivar os jovens a colocarem suas ideias em prática e buscar alternativas para a permanência dos jovens no campo com qualidade de vida, e isso é função de pesquisadores, extensionistas, técnicos, pais e todas as pessoas que estiverem ligadas às organizações. Em seguida, Vinícius passa a relatar a experiência que obteve com seu projeto que reuniu as temáticas de cooperativismo, juventude, agricultura familiar e alimentação escolar. No ano passado, ele informa, participou de um evento em Curitiba dos Comitês Jovens da Cooperativa Sicredi e foi desafiado a promover um projeto voluntário que gerasse um impacto positivo. A partir disso ele criou um projeto envolvendo 4 ações na comunidade de Palotina: uma palestra com agricultores e agricultoras sobre o uso de agrotóxicos e os impactos na produção de alimentos saudáveis; uma palestra com a prefeitura, comunidade científica, universitários, nutricionistas e o Conselho de Alimentação Escolar do município sobre a ampliação e a diversificação da compra dos alimentos da agricultura familiar, baseado no caso de sucesso do Marechal Cândido Rondon, conduzido pela Jaciara; uma oficina sobre o preparo de alimentos sem a utilização de leite e ovo para crianças com intolerância, com a participação de cozinheiras e agricultoras do município e uma ação com crianças de uma escola do município sobre alimentação saudável, tendo como contexto uma horta de produção orgânica de alimentos entregues para as escolas da região. Esse projeto, informa Vinícius, conquistou reconhecimento internacional no WYCUP – World Council Young Credit Union People, programa que tem o objetivo de estimular a formação de jovens lideranças e que premia participantes que desenvolveram projetos com potencial de causar influência global no Cooperativismo de Crédito. Por fim, Vinícius propõe 4 ideias para desenvolver as temáticas apresentadas: trabalhar sempre em cooperação, pois a união é o caminho para o desenvolvimento; apoiar os jovens, patrocinando suas ações e incluí-los nas gestões; suportar a agricultura familiar e buscar a sustentabilidade, realizando ações que contribuam para atingir os objetivos para o desenvolvimento sustentável e da agenda da sustentabilidade global. Para aprimorar esses 4 pontos, o engenheiro elenca alguns desafios: elaboração e efetividade de políticas públicas; “profissionalização” exclusiva das cooperativas; conflitos intergeracionais e conservadorismo; formas de ensino e aprendizagem das novas gerações;

afastamento e individualismo entre outros. Em seguida, a presidente Roseli Pittner agradece sua participação e abre espaço para questões. O Conselheiro Leandro, Presidente da Cooperativa Coopersul, faz um comentário relatando a mudança radical do perfil dos agricultores e agricultoras jovens, pois eles e elas estão se inserindo na produção de soja ou milho, principalmente pela facilidade de crédito e pela redução de mão de obra em grandes áreas, o que é preocupante. Na sequência, a Presidente Roseli passa a palavra ao Conselheiro Eder Cordeiro para falar acerca de seu projeto de pesquisa sobre alimentos regionais e a produção de um livro de receitas. Seu plano é fornecer um prazo de 60 dias para as Regionais fazerem o levantamento e selecionarem as receitas que farão parte do livro. Agregando à pauta, o Secretário Executivo Valdenir Veloso informa que o primeiro passo será criar o edital, estabelecer os critérios para a seleção das receitas e solicitar às Regionais informações históricas sobre o alimento chave do prato, desta forma o livro trará, além das receitas, um conteúdo histórico-cultural. Ele informa que pretende formular em um prazo de 25 dias o edital, para em seguida fazerem as devidas correções. Em seguida, Eder traz a questão dos custos do livro e pergunta aos Conselheiros e Conselheiras se pedirão uma contribuição dos municípios selecionados para a produção do livro. O Secretário Valdenir informa que o custo do livro primeiramente será da diagramação, o que será bancado pela SEAB, e que lançarão o livro em formato digital. Em relação aos custos, estes poderão ser bancados pelos parceiros da SEAB que possuem recursos menos engessados, informa Valdenir. Em seguida, a Presidente Roseli agradece a presença do Conselheiro Eder e a sua proatividade em relação ao projeto. A Conselheira Maria Isabel questiona Valdenir como está a situação do Plano Estadual. Em resposta, o Secretário informa que a primeira versão já está pronta, no entanto, ele relata que houve um problema, uma das Secretarias do Estado não mandou ainda sua contribuição acerca de seus programas desenvolvidos e suas ações para os anos 2021 a 2023. Não mandaram, informa ele, porque houve muitos casos de Covid-19, e o diretor técnico da pasta responsável por entregar a contribuição foi exonerado no mês de fevereiro. Assim que receberem essas contribuições, acrescenta Valdenir, enviarão o documento para ser diagramado. Em seguida, a Presidente Roseli dá início à pauta de indicação de conselheiro para o CAE/Fundepar. Ela informa que está representando o CAE como Presidente do Consea, e que sempre há um suplente presente em todas as reuniões, mesmo se o titular estiver participando. Por fim, após realizarem o processo de votação entre os conselheiros e conselheiras, a Conselheira Jaciara Reis é eleita como suplente, e a Presidente Roseli Pittner permanece como titular. Solicitando um adendo, a Conselheira Marilze pede aos conselheiros para enviarem contribuições ao Projeto de Lei dos Agrotóxicos, pois a mesma fará a sistematização e encaminhará ao gabinete do Deputado Professor Lemos. Dando por encerrada a reunião, a presidente Roseli Pittner agradece a colaboração de todos e todas presentes e enaltece a importância das discussões realizadas.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB